

Fontes de informação para o setor associativo no Estado de São Paulo

Natália Cristina Rodrigues Ferreira^a e Jacquelin Teresa Camperos-Reyes^b

Resumo: A conformação de associações para pequenos produtores é de suma importância visto que são diversas as vantagens que podem significar em aspectos como compra de insumos, equipamentos, maquinarias, bem como canais de venda mais eficazes. Considerando que ter acesso à informação marca diferencial entre os produtores rurais, este estudo centra-se no acesso a fontes de informações disponíveis para o setor associativo. O objetivo é identificar necessidades de acesso a fontes de informações para o setor associativo à luz da visão de um pequeno produtor do estado de São Paulo. A pesquisa é exploratória, e utiliza como procedimentos metodológicos revisão bibliográfica e entrevista semi-estruturada. Realizou-se revisão bibliográfica na fonte Google Scholar, tendo como descritores “Pequeno Produtor Rural”, “Economia Solidária”, “estado de São Paulo”, e, “Setor Associativo”, com coleta efetuada o 26 de julho de 2019. Os dados foram analisados mediante o uso de planilha eletrônica para classificar os documentos recuperados e observar neles discussões sobre acesso a fontes de informações. A entrevista semi-estruturada foi realizada a um pequeno produtor da região de Tupã. Como resultados, foram coletados 203 documentos dos quais dois têm relação direta com o objetivo da pesquisa, indicando neles, dentro do contexto das políticas públicas da economia solidária, que os espaços criados pelo governo para a divulgação de informações apresentam pouca universalização no setor, o que deixa essas fontes existentes, longe do

a Graduada em Administração (UNESP). ORCID: Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0882892493748561>.

b Doutoranda em Ciência da Informação (UNESP). Professora substituta Departamento Ciência da Informação (UNESP). ORCID: <http://orcid.org/0000-0002-0078-5376>. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5415219564237576>.

acesso dos associados e das associações. Os demais documentos abordaram assuntos como conceitos, legislação e marco de políticas públicas para associações e cooperativas. Obtida a visão de um pequeno produtor vinculado com uma associação, foi observado que no relacionado a fontes de informações disponíveis para os sujeitos ainda há um trabalho considerável na disponibilização para atores do plano associação/associado, sejam estudos relacionados com a criação e acesso a essas fontes, seja na aproximação dos sujeitos a fontes que apesar de existir não estejam sendo usadas. Tendo um panorama de escassa literatura científica que aborda a temática de acesso a fontes de informações, aparece uma situação também de escassez de fontes distinguidas no nível associado, demarcando pesquisas que aprimorem o panorama de acesso a recursos de informação nesse setor da economia no Brasil. Estudos futuros esperam ampliar a amostra a outros cenários nacionais e para a caracterização de fontes de informações existentes ou que possam ser propostas em decorrência dos resultados do aprofundamento teórico que será realizado.

Palavras-chave: Setor Associativo. Pequeno produtor. Acesso a Informação. Fontes de informação.

Sources of information for the associative sector in the São Paulo State

Abstract: The formation of associations for small producers is of paramount importance as there are several advantages in aspects such as purchase of inputs, equipment, machinery, as well as more effective sales channels. Considering that having access to information marks differential between among farmers, this study focuses on access to information sources available to the associative sector. The objective is to identify needs for access to information sources for the associative sector in the light of the vision of a small producer in the state of São Paulo. The research is exploratory, and uses as methodological

procedures literature review and semi-structured interview. A bibliographic review was performed in the Google Scholar source, having as descriptors “Small Rural Producer”, “Solidarity Economy”, “State of São Paulo”, and “Associative Sector”, with collection made on July 26, 2019. Data they were analyzed using a spreadsheet to classify the retrieved documents and observe discussions about access to information sources. The semi-structured interview was conducted with a small producer from the Tupã region. As a result, 203 documents were collected, two of which are directly related to the research objective, indicating, within the context of public policies of the solidary economy, that the spaces created by the government for the dissemination of information present little universalization in the sector, that leaves these existing sources away from the access of associates and associations. The remaining documents addressed issues such as concepts, legislation and public policy framework for associations and cooperatives. Given the view of a small producer linked to an association, it was observed that in relation to sources of information available to the subjects there is still considerable work in making available to the actors of the association / associate, whether studies related to the creation and access to them sources, either in the approximation of the subjects to sources that although they are not being used. Having a panorama of scarce scientific literature that addresses the issue of access to information sources, there is also a situation of scarcity of distinguished sources at the associated level, marking research that improves the panorama of access to information resources in this sector of the economy in Brazil. Future studies hope to extend the sample to other national scenarios and to characterize existing or to propose sources of information as a result of the theoretical deepening that will be carried out.

Keywords: Associative Sector. Small farmer. Access to information. Information sources.

1 Introdução

A economia solidária surgiu entre os séculos XVIII e XIX na Europa, sendo mais nítida na Grã-Bretanha. Alcançou grande impacto durante a revolução industrial, pois passou-se de realizar trabalhos de forma manual para modos industriais de produção (SILVA; OLIVEIRA, 2009).

Antes da revolução industrial a maior parte da população vivia no campo, os trabalhos eram todos realizados manualmente, o artesão conhecia todo o processo produtivo; assim, uma das consequências da forma como foi acompanhada pela sociedade a difusão de máquinas e da organização fabril da produção, foi o empobrecimento dos artesãos (GONÇALVES; SOBRINHO, 2011).

Devido ao alto índice de desemprego e a exploração do trabalho humano gerado nesse período, diversos trabalhadores se organizaram em grupos buscando a melhor maneira de solucionar este problema, iniciando-se assim, de maneira informal, a economia solidária (GONÇALVES; SOBRINHO, 2011).

Segundo Santos (2002, p. 83) “A Economia Solidária foi inventada por operários, nos primórdios do capitalismo industrial, como resposta à pobreza e ao desemprego resultante da difusão desregulamentada das máquinas-ferramenta e do motor a vapor no início do século XIX”.

O conceito de economia solidária é amplo pois envolve diversas dimensões: social, política, econômica, cultural e ecológica. Embora essas dimensões apresentem perspectivas

diferentes, todas possuem a mesma essência, a ideia de solidariedade em contraposição do individualismo.

Segundo a visão de Singer (2002, p. 10)

Economia Solidária é outro modo de produção, cujos princípios básicos são a propriedade coletiva ou associada do capital e o direito à liberdade individual. A aplicação desses princípios une todos os que produzem numa única classe de trabalhadores que são possuidores de capital por igual em cada cooperativa ou sociedade econômica. O resultado natural é a solidariedade e a igualdade, cuja reprodução, no entanto, exige mecanismos estatais de redistribuição solidária da renda (SINGER, 2002, p. 10).

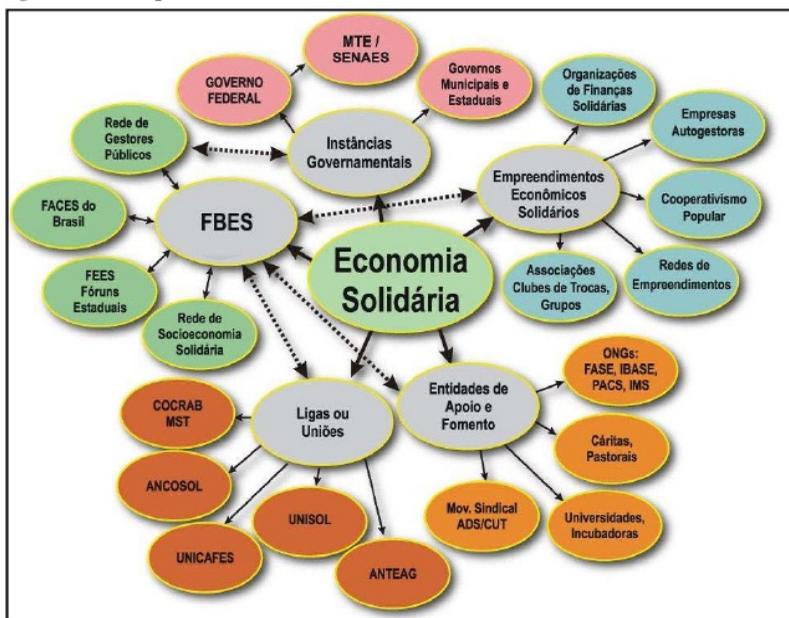
O entendimento do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) (2008) define sobre a economia solidária como “um jeito diferente de produzir, vender, comprar e trocar o que é preciso para viver”, pensando no bem um dos outros, sem exploração, ajudando e cooperando com o grupo, todos em prol de um bem comum.

O Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES) que entre outras funções acompanha o desenvolvimento das políticas públicas do setor, indica que a

Economia Solidária constitui o fundamento de uma globalização humanizadora, de um desenvolvimento sustentável, socialmente justo e voltado para a satisfação racional das necessidades de cada um e de todos os cidadãos da Terra, seguindo um caminho intergeracional de desenvolvimento sustentável na qualidade de sua vida (FBES, 2003).

No contexto exposto, a economia solidária possui diversos polos, entre eles os empreendimentos solidários o qual é composto por organizações de finanças solidárias, empresas autogestoras, cooperativismo popular, redes de empreendimentos, associações, grupos e clubes de trocas. A Figura 1 apresenta um esquema do modelo no Brasil.

Figura 1 – Esquema de Economia Solidária no Brasil



Fonte: Brasil (2005).

No âmbito brasileiro o 58,2% dos empreendimentos solidários estão organizados na forma de associações, 23,1% em

grupos informais, 15% em cooperativas, e por último 3,7% divididos entre empresas autogestoras, redes/central, entre outras. Dentre as atividades econômicas objeto das associações a principal, com 35,6%, é a agricultura (COSTA; CULTI; SOUZA, 2006).

Segundo o Código Civil, Lei nº 10.406/02, no art. 53 constituem-se as associações pela união de pessoas que se organizem para fins não econômicos, sendo assim a união de pequenos produtores em grupos associados. Com esta união é possível alcançar diversos benefícios como: preços menores e prazos maiores para aquisição de insumos e equipamentos, uso coletivo de maquinários, compartilhamento do custo de assistência técnica, entre outros. O objetivo destas associações é ajudar uns aos pelo bem comum, sendo o lucro consequência da disponibilidade destes recursos (BRASIL, 2016).

Essas definições apresentadas no contexto do Brasil, demarcam o caminho que inquietam essa pesquisa, como a existência ou não de fontes de informação para os atores do segmento da economia solidária. Abraça essa inquietação o resultado do estudo realizado dos Moreira et al. (2017) que expõe a existência de diversas necessidades informacionais para os pequenos produtores, entre elas, informações sobre o setor associativo, fato que junto a afirmação de Souza et al. (2007), ter acesso à informação e à tecnologia pode ser uma característica que diferencie um do outro produtor rural, assinalam o marco a seguir neste estudo.

Por isso o objetivo do estudo é identificar necessidades de acesso a fontes de informações para o setor associativo à luz da visão de um pequeno produtor do estado de São Paulo.

Espera-se que os resultados da pesquisa possam contribuir na identificação posterior de fontes de informações para o setor que sejam coerentes com essas necessidades de acesso de pequenos produtores associados.

2 Metodologia

Para alcançar o objetivo, realizou-se pesquisa exploratória utilizando como procedimentos metodológicos revisão bibliográfica e entrevista semi-estruturada.

A revisão bibliográfica utilizou como fonte a base de dados Google Scholar, procurando publicações recuperadas entre os anos 2000 a 2019, com os seguintes descritores “Pequeno Produtor Rural AND Economia Solidária AND estado de São Paulo”, e, “Pequeno Produtor Rural AND Setor Associativo AND estado de São Paulo”. Os dados foram coletados o dia 26 de julho de 2019.

Nos documentos recuperados foram considerados para análise apenas os elementos título, resumo, e palavras-chaves, estes dados sistematizados em planilha eletrônica, classificando os documentos que abordam fontes de dados ou informações para o setor associativo no estado de São Paulo.

Para a entrevista semi-estruturada o roteiro teve o intuito de conhecer o contexto formativo do pequeno produtor, saberes em relação à constituição, vantagens, benefícios e conhecimento de fontes de informações no contexto associativo, e por fim, quais informações eles gostariam de ter acesso. O sujeito foi entrevistado o dia 30 de agosto de 2019, correspondendo a um pequeno produtor localizado na cidade de Tupã, estado de São Paulo, Brasil.

3 Resultados e discussões

A primeira etapa da pesquisa constituída pela revisão bibliográfica entrega com a primeira expressão de busca 200 documentos, a com a segunda 3 documentos. Após análises desses 203 documentos recuperados, 136 foram retirados por não manter relação direta com a pesquisa proposta, e os 67 restantes foram classificados com base nas abordagens temáticas das publicações, como é possível observar na Tabela 1.

Tabela 1 – Abordagens temáticas da revisão bibliográfica

Abordagem temática	Quantidade de documentos
Associativismo/cooperativismo: conceitos e características	31
Políticas públicas para o setor	34
Fontes de informação para o setor associativo/cooperativismo	2
Total	67

Fonte: Dados da pesquisa.

Na primeira categoria identificada, os documentos abordaram assuntos tais como contextos históricos, conceitos e legislações relacionadas ao associativismo e cooperativismo, e casos de implementação de políticas públicas como Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF).

Os textos coletados que discorrem na segunda categoria, contexto de políticas públicas na economia solidária, destacam nas políticas criadas pelo governo brasileiro aos pequenos produtores.

Sendo que o foco da pesquisa está em torno do acesso e disponibilidade de fontes de informações para pequenos produtores no setor associativo, chama a atenção que apenas dois documentos possuem relação direta com essa terceira categoria, Fontes de informação para o setor associativo/cooperativismo.

Segundo os autores das duas pesquisas, embora existam políticas voltadas para o setor associativo, a universalização de informações relacionadas é escassa, e a existência de ruídos capazes de distorcer as informações para os pequenos produtores é muito alta (LIMA, 2015; ROCKENMEYER; VIEIRA, 2017).

A exemplo, Lima (2015) ressalta que nos empreendimentos solidários, a dimensão organizacional apresenta e revela desigualdades, isto numa dinâmica complexa das relações entre os atores do setor. Assim, destaca que o Estado, mesmo criando políticas públicas para o setor, precisa que essas políticas estejam

mais próximas da realidade dos associados. Determina como ações contraditórias do Estado a ausência de implementações assertivas das políticas públicas, onde um dos tópicos que deveriam ser fortalecidos é a entrega de informações com fins organizacionais e de apoio à gestão para o setor.

Já num contexto de programas de governo específicos como Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), Rockenmeyer e Vieira (2017) assinalam a existência de ruídos e distorções entre informações que são geradas no governo federal, e aquelas que efetivamente chegam aos produtores rurais, resultando assim mais intensa a assimetria informacional.

Tanto o estudo de Lima (2015) quanto o estudo dos Rockenmeyer e Vieira (2017) relatam pesquisas no contexto da economia solidária nas quais utilizaram procedimentos metodológicos para aproximar-se a sujeitos envolvidos na prática econômica, e obtiveram visões de primeira mão das realidades abordadas.

Revela-se um campo de estudo interessante ao perceber que na realidade da amostra, há poucas indicações de estudos sobre fontes que possam canalizar dados ou informações para produtores interessados no setor associativo no contexto do estado de São Paulo.

Na segunda etapa da pesquisa, com o intuito de conhecer a perspectiva de um pequeno produtor associado do estado de São

Paulo, foi realizada uma entrevista semi-estruturada, obtendo como resultados os dados observados no Apêndice A.

É pertinente destacar que esse pequeno produtor rural, que no caso possui ensino superior concluído, mesmo mantendo vínculo vigente com uma associação, não conhece todos os benefícios de tal circunstância, focando unicamente como benefício a melhor produção de “Renda” como evidenciado em algumas das respostas obtidas.

Percebe-se, visto como fato apenas natural, que é grande a motivação para a dinâmica associativista, a geração de melhores ingressos para o pequeno produtor.

No caso deste produtor não há conhecimento de canais que repassem informações para as associações e possíveis novos associados. O produtor expressa a necessidade de atingir mais informações do setor, que sejam promovidas e divulgadas pelo Estado, informações estas que cheguem com eficácia aos pequenos produtores.

4 Considerações parciais

A revisão bibliográfica permitiu observar que é escassa a literatura que aborda a temática de acesso a fontes de informações para a economia solidária, ao menos na amostra selecionada, destacando-se que discussões no marco legal e conceitual, bem como implicações sociais podem ser observadas na maioria da literatura recuperada.

Seria interessante aprofundar no desenvolvimento de estudos que possam identificar e até propor o acesso a fontes de dados e

informações para o setor associativo, dispondo esses recursos sobre políticas públicas: apoios financeiros; acompanhamento técnico das lavouras; promoção e disposição de canais de venda que aproximem as associações a compradores no atacado; estratégias de marketing. Outras fontes poderiam ofertar recursos sobre: indicadores econômicos do setor; tendências dos mercados nacionais e internacionais; informações sobre compradores de nível médio de mercados diversos quanto cosmético, processamento de alimentos, farmacêutico, etc.

A seguir, obtida a visão de um pequeno produtor vinculado com uma associação, foi observado que em relação às fontes de informações disponíveis para eles há ainda um trabalho considerável na disponibilização para atores do plano associação/associado, sejam estudos relacionados com a criação e acesso a essas fontes, ou na aproximação dos sujeitos a fontes que apesar de existir não estejam sendo usadas.

Considera-se que condições como estas podem fazer com que os sujeitos não tenham total conhecimento sobre o que é uma associação, seus benefícios, como criar novas associações, legislações relacionadas a esta, órgãos que compõem o cenário brasileiro e que sejam responsáveis por repassar informações, entre outros aspectos de interesse que acompanham o ponto de convergência, geração de uma renda melhor para os produtores, além de outros tópicos organizacionais.

Em estudos futuros espera-se ampliar a amostra a outros cenários nacionais, realizar a caracterização de fontes de

informações existentes, ou as que forem propostas em decorrência dos resultados do aprofundamento teórico que será realizado.

Referências

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. **ATLAS da Economia Solidária no Brasil 2005**. Brasília, DF: MTE, SENAES, 2006.

BRASIL. **Lei no 10.406, de 10 de janeiro de 2002**. Regulamenta o art. 53, 54, Incisos I, II, III, IV, V, VI, VI, das Associações.

Brasília, DF, 2002. Disponível em:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/110406.htm.

Acesso em: 01 set. 2019.

BRASIL. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

Associativismo Rural. Brasília, DF, 2016. Disponível em:

[http://www.agricultura.gov.br/assuntos/cooperativismo-](http://www.agricultura.gov.br/assuntos/cooperativismo-associativismo/associativismo-rural)

[associativismo/associativismo-rural](http://www.agricultura.gov.br/assuntos/cooperativismo-associativismo/associativismo-rural). Acesso em: 20 ago. 2019.

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. **O que é**

Economia Solidária. Brasília, DF, 2015. Disponível em:

<http://trabalho.gov.br/trabalhador-economia-solidaria>. Acesso

em: 22 ago. 2019.

COSTA, C. A. F.; CULTI, M. N.; SOUZA, A. L. Dimensões da economia solidária no Brasil. In: CONGRESSO SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO E SOCIOLOGIA RURAL (SOBER), 44., 2006, Fortaleza. **Anais**

[...]. Fortaleza: AgEcon Search. Disponível em <https://ageconsearch.umn.edu/record/146038/>. Acesso em: 23 ago. 2019.

FÓRUM BRASILEIRO DE ECONOMIA SOLIDÁRIA. **Carta de Princípios da Economia Solidária**. Brasília, DF, 2005. Disponível em: <https://fbes.org.br/2005/05/02/carta-de-principios-da-economia-solidaria/>. Acesso em: 15 ago. 2019.

GONÇALVES, T. J. T.; MORAES SOBRINHO, A. P. de. Economia Solidária: um caminho para a geração de renda e inclusão social. **Geoingá: Revista do Programa de Pós-Graduação em Geografia, Maringá**, v. 3, n. 2, p. 100-124, 2012.

SÃO PAULO. Secretaria de Agricultura e Abastecimento. Coordenadoria de Desenvolvimento Rural Sustentável. São Paulo, 2019. Disponível em <http://www.cati.sp.gov.br/portal/site/index>. Acesso em: 10 set. 2019.

LIMA, L. C. **Os usos do território e a economia solidária no Rio Grande do Norte**. 2015. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2015. Disponível em: <https://repositorio.ufrn.br/jspui/handle/123456789/20785>. Acesso em: 02 set. 2019.

MOREIRA, F. M. et al. Necessidades informacionais de pequenos produtores rurais. *In*: SEMINÁRIO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 7., 2017, Londrina. **Anais [...]**. Londrina: Universidade Estadual de Londrina, 2017.

ROCKENMEYER, A. C.; VIEIRA, E. T. O método da assimetria informacional para avaliação do PRONAF no município de São José do Barreiro entre 2008 a 2012. **Informe GEPEC**, Toledo, v. 21, n. 2, p. 63-81, 2017. Disponível em: <http://e-revista.unioeste.br/index.php/gepec/article/view/15481/12491>. Acesso em: 05 set. 2019.

SANTOS, B. de S. et al. **Produzir para viver**: os caminhos da produção não capitalista. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2002. v. 3.

SINGER, P. A recente ressurreição da economia solidária no Brasil. *In*: SANTOS, B. S. (ORG.). **Produzir para viver: os caminhos da produção não capitalista**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002. v. 2.

SILVA, L. P. da; OLIVEIRA, M. A. S. Economia solidária e inclusão social: um estudo de caso da COOPAGRAN em Nova Olinda-CE. *In*: CONGRESSO SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO E SOCIOLOGIA RURAL (SOBER), 47., 2009, Porto Alegre. **Anais [...]**. Brasília, DF: Sober, 2009. Disponível em:

<http://www.sober.org.br/palestra/13/395.pdf>. Acesso em: 23 ago. 2019.

SOUZA, M. I. F. et al. Informação tecnológica para agricultura familiar. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE SISTEMAS DE PRODUÇÃO, 7., 2007, Fortaleza. **Anais** [...]. Fortaleza: Embrapa Agroindústria Tropical, 2007. Tema: Agricultura familiar, políticas públicas e inclusão social.

APÊNDICE A – Resultado da entrevista semi-estruturada

[1] Qual o município de sua residência?
R: O município da minha residência é Tupã, São Paulo.
[2] Qual o município de sua lavoura?
R: É o mesmo município da minha residência, Tupã, São Paulo.
[3] Qual é o seu nível de escolaridade?
() Sem escolaridade () Fundamental I () Fundamental II () Ensino médio () Técnico (X) Ensino superior
[4] Você sabe qual o intuito de uma associação?
R: Acredito que seja a união de várias pessoas para suprir determinada finalidade, como procurar um bairro melhor, em relação à infraestrutura.
[5] Você sabe quais são os benefícios de uma associação?
R: Na associação na qual participo o intuito é de buscar uma melhor renda.
[6] Você conhece todos os processos para criar uma associação?
R: Não, só conheço que para criar uma associação, necessita de um grupo de pessoas e um registro em cartório.
[7] Você está vinculado a alguma associação?
R: Sim, faço parte de uma associação do município que é responsável por fornecer merenda a Tupã e região para o PNAE.
[8] Há quanto tempo está vinculado a esta associação?
R: Não lembro exatamente, mas faz mais de 5 anos.
[9] Como conheceu a associação?
R: Conheci por causa do meu pai que já participava de uma associação. Era uma associação de produtores de banana, só que com o surgimento do PNAE o intuito da associação mudou, agora nosso foco é a produção de alimentos para atender as escolas.
[10] O que te levou a entrar em uma associação?
R: Entrei na associação pois seria mais uma fonte de renda.
[11] A associação te beneficiou em algo?
R: Sim, no aumento da renda.
[12] Você conhece algum canal que entregue informações para associações?
R: Nós obtivemos algumas informações pela antiga CATI (Coordenadoria de Assistência Técnica Integral)
[13] Quais informações sobre associações e associados você gostaria de ter acesso?
R: Gostaria de ter acesso a mais informações em relação ao setor associativo, pois sei que falta informação, no entanto não culpo o representante da associação, pois as vezes as informações não chegam até eles para repassarem aos associados.

Fonte: Dados da pesquisa.